



Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. ADMINISTRADOR E DEMAIS RESPONSÁVEIS.....	3
3. RESULTADO DA ANÁLISE DOS ATOS DE GESTÃO.....	4
3.1. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	4
3.2. RECEITA	6
3.2.1. Fontes de financiamento	6
3.2.2. Resultado da Arrecadação Orçamentária	6
3.3. DESPESAS.....	7
3.4. LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES.....	9
3.5. CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONGÊNERES.....	10
3.6. RESTOS A PAGAR.....	11
3.7. DISPONIBILIDADE.....	11
3.8. DESPESAS COM PESSOAL.....	11
3.9. PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	12
3.10. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	12
3.10.1 Relatórios de auditoria interna emitidos.....	13
3.11. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES	15
3.11.1 Investimentos feitos em Tecnologia da Informação.....	15
3.11.2 Resultados Estratégicos – 2015.....	17
4. CONCLUSÃO.....	27



PROCESSO Nº : 26093/2015
PRINCIPAL : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
ASSUNTO : CONTAS ANUAIS DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015
GESTOR : CONSELHEIRO WALDIR JÚLIO TEIS
RELATOR : CONSELHEIRO VALTER ALBANO DA SILVA
EQUIPE TÉCNICA : CARLOS EDUARDO AMORIM FRANÇA
AUDITOR PÚBLICO EXTERNO

1. INTRODUÇÃO

Excelentíssimo Conselheiro Relator:

Em atendimento ao despacho do Gabinete de Vossa Excelência (documento digital n. 36146/2016), bem como ao disposto no artigo 53 da Constituição Estadual, no art. 4º, VII da Lei Complementar n. 269/2007 e no art. 21, XXXIII da Resolução Normativa n. 14/2007 (Regimento Interno do TCE/MT), apresenta-se o relatório de auditoria sobre as contas anuais do exercício de 2015 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de subsidiar a emissão do **Parecer Prévio sobre as Contas de Gestão** prestadas pelo Conselheiro Presidente.

Este relatório foi elaborado com base nas informações obtidas por meio de exame e análise dos documentos anexados às contas anuais do exercício de 2015 (em especial do Relatório Circunstanciado das Atividades Orçamentárias e Financeiras do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – páginas 03 a 15 do documento digital n. 30127/2016 e Relatório de Auditoria Interna – páginas 01 a 24



do documento digital n. 53150/2016), bem como na compilação de dados dos demonstrativos contábeis apresentados e informações obtidas do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso – FIPLAN.

2. ADMINISTRADOR E DEMAIS RESPONSÁVEIS

As contas do exercício em exame estiveram sob a gestão do Exmo. Conselheiro Waldir Júlio Teis, Presidente e Ordenador de Despesas, a contabilidade sob a responsabilidade do Contador sr. Edson Luiz Ribeiro de Oliveira e a unidade de controle interno sob a responsabilidade da sra. Solange Fernandez Nogueira (período de 01/01/2015 a 30/11/2015) e da sra. Suellen Dayci Frison Barros (período de 01/12/2015 a 31/12/2015).

ORDENADOR DE DESPESAS:

NOME:	WALDIR JÚLIO TEIS
PERÍODO:	1º/01/2015 A 31/12/2015

CONTADOR:

NOME:	EDSON LUIZ RIBEIRO DE OLIVEIRA
PERÍODO:	1º/01/2015 A 31/12/2015

COORDENADORA GERAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

NOME:	SOLANGE FERNANDEZ NOGUEIRA (*)
PERÍODO:	1º/01/2015 A 30/11/2015
NOME:	SUELLEN DAYCI FRISON BARROS (**)
PERÍODO:	1º/12/2015 A 31/12/2015

(*) Nomeação conforme Ato n. 29/2014 - Diário Oficial de Contas n. 289, de 02/01/2014 e Aposentadoria Voluntária em 30/11/2015, conforme Ato n. 238/2015, publicado no Diário Oficial de Contas n. 760, de 01/12/2015

(**) Nomeação conforme Ato n. 241/2015 - Diário Oficial de Contas n. 761, de 02/12/2015



3. RESULTADO DA ANÁLISE DOS ATOS DE GESTÃO

Da auditoria realizada, resultou o relatório que segue:

3.1. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O orçamento inicial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso para o exercício de 2015 foi fixado no valor de R\$ 261.074.313,00 (duzentos e sessenta e um milhões, setenta e quatro mil, trezentos e treze reais), sendo parte integrante do orçamento geral do Estado – Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 10.243, de 31/12/2014.

No decorrer do exercício de 2015 ocorreram alterações no quadro de detalhamento das despesas, resultando no orçamento autorizado final de R\$ 322.501.910,02 (trezentos e vinte e dois milhões, quinhentos e um mil, novecentos e dez reais e dois centavos), conforme abaixo demonstrado:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(+) Fixação da despesa	261.074.313,00
(+) Créditos adicionais abertos	68.230.009,76
(-) Dotações anuladas	6.802.412,74
(=) Total de créditos disponíveis	322.501.910,02

Fonte: Anexo 12 – Balanço Orçamentário (p. 16 do documento digital n. 30127/2016), Relatório de Auditoria Interna (p. 4 do documento digital n. 53150/2016) e Relatório FIPLAN FIP 613 – Demonstrativo de Despesa Orçamentária.

Segue, abaixo, o detalhamento das alterações orçamentárias:



PROGRAMA Projeto ou Atividade	Orçamento Inicial	Adições	Reduções	Orçamento Autorizado
036 – APOIO ADMINISTRATIVO				
2005 – Manutenção e conservação de bens imóveis	4.901.545,55	4.091.719,71	1.147.016,98	7.846.248,28
2006 – Manutenção de serviços de transportes	283.200,00	250.000,00	171.246,46	361.953,54
2007 – Manutenção de serviços administrativos gerais	45.915.194,49	17.061.489,14	1.742.553,89	61.234.129,74
2008 – Remuneração de pessoal ativo do Estado e encargos sociais	126.846.799,00	12.190.383,78	1.270.383,78	137.766.799,00
2009 – Manutenção de ações de informática	2.000.000,00	1.953.970,69	379.685,63	3.574.285,06
SUB TOTAL	179.946.739,04	35.547.563,32	4.710.886,74	210.783.415,62
146 – FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS				
2002 – Fiscalização e Controle da Arrecadação e Aplicação dos Recursos Públicos	35.949.000,00	324.275,50	0,00	36.273.275,50
4221 – Gestão de Tecnologia de Informação	36.612.084,00	32.358.170,94	0,00	68.970.254,94
4223 – Qualificação e Padronização dos Serviços de Auditoria	829.440,00	0,00	799.172,00	30.268,00
4224 – Consolidação do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas	150.000,00	0,00	145.200,00	4.800,00
4225 – Implantação do Sistema de Avaliação de Políticas Públicas	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
4227 – Orientação e Capacitação de Integrantes de Unidade Gestora	499.200,00	0,00	320.313,00	178.887,00
4228 – Incentivo ao Controle Social	3.581.293,93	0,00	0,00	3.581.293,93
SUB TOTAL	77.771.017,93	32.682.446,44	1.264.685,00	109.188.779,37
330 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS				
4366 – Aperfeiçoamento da Gestão do TCE-MT	115.200,00		950,00	114.250,00
4368 – Gestão do Desenvolvimento e da Valorização das Pessoas	3.091.356,03	0,00	725.891,00	2.365.465,03
SUB TOTAL	3.206.556,03	0,00	726.841,00	2.479.715,03
996 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS				
8002 – Recolhimento do Pis-Pasep e Pagamento de Abono	150.000,00	0,00	100.000,00	50.000,00
SUB TOTAL	150.000,00	0,00	100.000,00	50.000,00
TOTAL GERAL DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	261.074.313,00	68.230.009,76	6.802.412,74	322.501.910,02

Fonte: Relatório FIPLAN – FIP 613 – Demonstrativo de Despesa Orçamentária (p. 39-48 do doc. dig. n. 62904/2016)



3.2. RECEITA

A previsão da arrecadação da receita para o exercício de 2015 foi de R\$ 261.074.313,00 e a efetiva arrecadação no exercício perfaz o montante de R\$ 285.760.281,51, conforme demonstra o Balanço Orçamentário (p. 16 do documento digital n. 30127/2016).

3.2.1. Fontes de financiamento

Os recursos são provenientes da Fonte 100/198 – Recursos Ordinários do Tesouro Estadual e Fonte 201 – Fundo de Reaparelhamento do Tribunal de Contas. No exercício de 2015, o total arrecadado pelo Tribunal de Contas foi R\$ 285.760.281,51, conforme abaixo demonstrado:

Fonte de Recursos	Valor (R\$)
Fonte 100/198 – Recursos do Tesouro	280.428.093,74
Fonte 201 - FUNDECONTAS	5.332.187,77
Total	285.760.281,51

Fonte: Relatório da Secretaria Executiva de Orçamento, Finanças e Contabilidade (p. 07 do documento digital n. 30127/2016) e Relatório do Controle Interno (p. 10 do documento digital n. 53150/2016)

3.2.2. Resultado da Arrecadação Orçamentária

O quociente da arrecadação da receita (QAR) está assim representado:

QUOCIENTE DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA - QAR	
Receita Arrecadada	R\$ 285.760.281,51
(/) Receita Prevista	R\$ 261.074.313,00
QAR	1,09



Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 previsto foram arrecadados R\$ 1,09, e que a receita arrecadada foi maior do que a prevista, resultando em excesso de arrecadação, no valor de R\$ 24.685.968,51.

3.3. DESPESAS

No exercício de 2015, a despesa total empenhada perfaz o montante de R\$ 311.467.186,47, a liquidada totalizou R\$ 311.209.934,48 e a paga R\$ 311.209.145,86, conforme dados do relatório de auditoria interna (documento digital n. 53150/2016), Balanço Orçamentário – Anexo 12 da Lei 4.320/64 e Relatório FIP 613 – Demonstrativo da Despesa Orçamentária.

A tabela abaixo detalha a despesa, por ação (programa e projeto/atividade):

PROGRAMA Projeto ou Atividade	Despesa Autorizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
036 – APOIO ADMINISTRATIVO				
2005 – Manutenção e conservação de bens imóveis	7.846.248,28	1.900.681,12	1.893.781,12	1.893.781,12
2006 – Manutenção de serviços de transportes	361.953,54	258.580,00	258.580,00	258.580,00
2007 – Manutenção de serviços administrativos gerais	61.234.129,74	60.145.689,17	59.985.977,84	59.985.189,22
2008 – Remuneração de pessoal ativo do Estado e encargos sociais	137.766.799,00	134.761.805,97	134.761.805,97	134.761.805,97
2009 – Manutenção de ações de informática	3.574.285,06	3.359.737,70	3.295.102,54	3.295.102,54
SUB TOTAL	210.783.415,62	200.426.493,96	200.195.247,47	200.194.458,85
146 – FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS				
2002 – Fiscalização e Controle da Arrecadação e Aplicação dos Recursos Públicos	36.273.275,50	35.626.728,46	35.626.728,46	35.626.728,46
4221 – Gestão de Tecnologia de Informação	68.970.254,94	68.964.939,88	68.946.049,55	68.946.049,55
4223 – Qualificação e Padronização dos Serviços de Auditoria	30.268,00	30.268,00	30.268,00	30.268,00



PROGRAMA Projeto ou Atividade	Despesa Autorizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
4224 – Consolidação do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas	4.800,00	4.800,00	4.800,00	4.800,00
4225 – Implantação do Sistema de Avaliação de Políticas Públicas	150.000,00	149.872,75	149.872,75	149.872,75
4227 – Orientação e Capacitação de Integrantes de Unidade Gestora	178.887,00	177.387,00	177.387,00	177.387,00
4228 – Incentivo ao Controle Social	3.581.293,93	3.581.293,93	3.575.618,76	3.575.618,76
SUB TOTAL	109.188.779,37	108.535.290,02	108.510.724,52	108.510.724,52
330 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS				
4366 – Aperfeiçoamento da Gestão do TCE-MT	114.250,00	104.412,86	104.412,86	104.412,86
4368 – Gestão do Desenvolvimento e da Valorização das Pessoas	2.365.465,03	2.356.293,03	2.354.853,03	2.354.853,03
SUB TOTAL	2.479.715,03	2.460.705,89	2.459.265,89	2.459.265,89
996 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS				
8002 – Recolhimento do Pis-Pasep e Pagamento de Abono	50.000,00	44.696,60	44.696,60	44.696,60
SUB TOTAL	50.000,00	44.696,60	44.696,60	44.696,60
TOTAL GERAL DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	322.501.910,02	311.467.186,47	311.209.934,48	311.209.145,86

Fonte: Relatório FIPLAN – FIP 613 – Demonstrativo de Despesa Orçamentária (p. 39-48 do documento digital n. 62904/2016)

O quociente de realização da despesa (QRD) é o detalhado na tabela abaixo:

QUOCIENTE DE REALIZAÇÃO DA DESPESA (QRD)	
Despesa orçamentária realizada (empenhada)	R\$ 311.467.186,47
(/) Despesa orçamentária autorizada	R\$ 322.501.910,02
QRD	0,97

Fonte: Relatório do Controle Interno (p. 07 do documento digital n. 53150/2016); Balanço Orçamentário (p. 16 do documento digital n. 30127/2016) ; Relatório FIPLAN FIP 613

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 fixado/autorizado na lei orçamentária foi executado a quantia de R\$ 0,97, produzindo uma **economia orçamentária** de R\$ 11.034.723,55.



O quociente de resultado orçamentário (QRO) é o detalhado na tabela abaixo:

QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	
Receita orçamentária arrecadada	R\$ 285.760.281,51
(+) <i>Superávit Financeiro/2014(*)</i>	R\$ 33.583.582,24
= Soma da Receita orçamentária arrecadada	R\$ 319.343.863,75
(/) Despesa realizada (empenhada)	R\$ 311.467.186,47
QRO	1,03

Obs.: (*) Inclusão prevista nas Portarias STN nº 437 e 438, de 12/07/2012 - Fonte: Balanço Patrimonial - p. 20/21 do documento digital n. 30127/2016 (Ativo Financeiro de R\$ 34.086.991,61 - Passivo Financeiro de R\$ 503.409,37 = R\$ 33.583.582,24)

Comparando, inicialmente, a receita arrecadada de R\$ 285.760.281,51 com a despesa orçamentária realizada de R\$ 311.467.186,47, conclui-se que houve um déficit de execução de R\$ 25.706.904,96.

O resultado orçamentário de execução, no entanto, foi superavitário no montante de R\$ 7.876.677,28, em decorrência de crédito suplementar aberto por superávit financeiro do exercício anterior no valor de R\$ 33.583.582,24.

Com isso, o quociente do resultado orçamentário indica que para cada R\$ 1,00 de despesa realizada, foi arrecadado aproximadamente R\$ 1,03, significando suficiência financeira para o pagamento da despesa realizada.

3.4. LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES

Conforme informações constantes nos balancetes mensais e relatório de auditoria interna, em 2015 o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso realizou os seguintes procedimentos licitatórios:



Procedimento	Quantidade
Pregão Presencial	26
Concorrência Pública	1
Convite	3
Inexigibilidade	8
Adesão à Ata de Registro de Preço	3

Informa-se que os procedimentos licitatórios nas modalidades Pregão Presencial, Concorrência Pública e Convite foram objeto de análise da Secretaria do Sistema de Controle Interno, conforme demonstrado no documento digital n. 53150/2016 – páginas 12/13.

3.5. CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONGÊNERES

Conforme informações constantes nos balancetes mensais e relatório de auditoria interna, foram celebrados, em 2015, os seguintes instrumentos:

Instrumento	Quantidade
Contratos	41
Convênios	1
Ata de Registro de Preço	1

Informa-se que os instrumentos contratuais foram objeto de análise da Secretaria do Sistema de Controle Interno, conforme demonstrado no documento digital n. 53150/2016 – p. 13.



3.6. RESTOS A PAGAR

No exercício de 2015, relativamente aos restos a pagar, foram informados os valores a seguir discriminados referentes a inscrição, pagamento e cancelamento, conforme Demonstrativo da Dívida Flutuante (p. 35 do documento digital n. 30127/2016):

Título	Saldo do Exercício	Movimento no Exercício		Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa	
Restos a Pagar processados	189.260,31	788,62	189.260,31	788,62
Restos a Pagar não processados	311.318,11	257.251,99	311.318,11	257.251,99
Total	500.578,42	258.040,61	500.578,42	258.040,61

3.7. DISPONIBILIDADE

Conforme registrado no Balanço Financeiro (p. 19 do documento digital n. 30127/2016), o saldo disponível que vai para o exercício seguinte é de R\$ 8.067.560,44 (Bancos Conta Movimento). Informa-se que o referido valor confere com o saldo apresentado no Balanço Patrimonial (p. 20 do documento digital n. 30127/2016).

3.8. DESPESAS COM PESSOAL

O demonstrativo detalhado da despesa total com pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, evidenciado pelo relatório de auditoria interna (documento digital n. 53150/2016 – p. 16/17) e pelo relatório emitido pela Secretaria Executiva de Orçamento, Finanças e Contabilidade (p. 10 do documento digital n.



30127/2016), é o seguinte:

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (R\$) (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	134.761.805,97	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1. do art. 19 da LRF (II))	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	134.761.805,97	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR (R\$)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO ESTADO- RCL (IV)		11.636.649.237,02
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100		1,16
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,23%		143.130.785,62
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) – 1,17%		136.148.796,07

Conforme demonstrado, a Despesa com Pessoal do Tribunal de Contas ficou em 1,16% da Receita Corrente Líquida do Estado, observando o limite máximo de 1,23% (incisos I, II e III, art. 20, da LRF) e o limite prudencial de 1,17% (parágrafo único, art. 22, da LRF).

3.9. PRESTAÇÃO DE CONTAS

O processo de contas anuais foi formalizado com as informações e os documentos obrigatórios exigidos pela Lei 4.320/64.

3.10. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A coordenação geral do sistema de controle interno do TCE/MT,



durante o exercício de 2015, ficou sob a responsabilidade da sra. Solange Fernandez Nogueira, Auditor Público Externo (período de 1º/01 a 30/11/2015) e da sra. Suellen Dayci Frison Barros (período de 1º/12/2015 a 31/12/2015), conforme demonstrado abaixo:

COORDENADORA GERAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	
NOME:	SOLANGE FERNANDEZ NOGUEIRA (*)
PERÍODO:	1º/01/2015 A 30/11/2015
NOME:	SUELLEN DAYCI FRISON BARROS (**)
PERÍODO:	1º/12/2015 A 31/12/2015

(*) Nomeação conforme Ato n. 29/2014 - Diário Oficial de Contas n. 289, de 02/01/2014 e Aposentadoria Voluntária em 30/11/2015, conforme Ato n. 238/2015, publicado no Diário Oficial de Contas n. 760, de 01/12/2015

(**) Nomeação conforme Ato n. 241/2015 - Diário Oficial de Contas n. 761, de 02/12/2015

3.10.1 Relatórios de auditoria interna emitidos

Durante o exercício de 2015 foram emitidos pela auditoria interna 12 (doze) relatórios de análises dos balancetes mensais e 01 (um) relatório de análise das contas anuais.

3.10.1.1 – Relatórios de auditoria interna dos balancetes mensais (2015):

Segue, abaixo, demonstrativo das análises realizadas nos balancetes mensais do TCE/MT pela Coordenadoria Geral do Sistema de Controle Interno:

Nº Processo	Descrição	Responsável pela elaboração do relatório de auditoria interna	Conclusão da auditoria interna
82767/2015	Relatório de Auditoria do Balancete Mensal de janeiro/2015		
68055/2015	Relatório de Auditoria do		



Nº Processo	Descrição	Responsável pela elaboração do relatório de auditoria interna	Conclusão da auditoria interna
	Balancete Mensal de fevereiro/2015		
100200/2015	Relatório de Auditoria do Balancete Mensal de março/2015	Relatório elaborado pela sra. Gleice Néia da Guia Magalhães Ramos – Assessora da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno Despacho emitido pela Sra. Solange Fernandez Nogueira – Coordenadora do Sistema de Controle Interno	“Do exposto, verifica-se que os registros contábeis estão em conformidade com os relatórios emitidos pelo sistema FIPLAN e traduzem adequadamente a execução orçamentária e financeira do TCE-MT”.
121428/2015	Relatório de Auditoria do Balancete Mensal de abril/2015		
146854/2015	Relatório de Auditoria do Balancete Mensal de maio/2015		
171301/2015	Relatório de Auditoria do Balancete Mensal de junho/2015		
197327/2015	Relatório de Auditoria do Balancete Mensal de julho/2015		
218049/2015	Relatório de Auditoria do Balancete Mensal de agosto/2015		
236624/2015	Relatório de Auditoria do Balancete Mensal de setembro/2015		
260436/2015	Relatório de Auditoria do Balancete Mensal de outubro/2015	Relatório elaborado pela sra. Suellen Dayci Frison Barros – Coordenadora do Sistema de Controle Interno	
279536/2015	Relatório de Auditoria do Balancete Mensal de novembro/2015		
5886/2016	Relatório de Auditoria do Balancete Mensal de dezembro/2015		

3.10.1.2 – Relatório de auditoria interna das contas anuais (2015):

Segue, abaixo, demonstrativo da análise realizada nas Contas Anuais do exercício de 2015 do TCE/MT pela Coordenadoria Geral do Sistema de Controle Interno:



Nº Processo	Descrição	Responsável pela elaboração do relatório de auditoria interna	Conclusão da auditoria interna
42439/2016	Relatório de Auditoria Interna referente análise das Contas Anuais do exercício de 2015	Relatório elaborado pela sra. Suellen Dayci Frison Barros – Auditor Público Externo (Coordenadora do Sistema de Controle Interno a partir de 01/12/2015)	“Do exposto, verifica-se que os registros e documentos examinados traduzem adequadamente a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal de Contas, no exercício de 2015, sob a responsabilidade dos administradores, Sr. Waldir Júlio Teis – Ordenador de Despesas e Senhor Edson Luiz Ribeiro de Oliveira – Contador Chefe”.

3.11. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Além dos aspectos orçamentários e financeiros do exercício de 2015 do TCE/MT, a Secretaria Executiva de Orçamento, Finanças e Contabilidade deste Tribunal, por meio do relatório anexado ao documento digital n. 30127/2016 (p. 01 a 16), apresentou informações complementares acerca: a) dos investimentos feitos em tecnologia da informação; e b) dos resultados estratégicos face ao Plano Estratégico 2015.

3.11.1 Investimentos feitos em Tecnologia da Informação

Conforme demonstrado no Relatório das Atividades Orçamentárias e Financeiras do TCE/MT (documento digital n. 30127/2016) e anexos, bem como no Relatório de Auditoria Interna (documento digital n. 53150/2016), o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso priorizou, nos últimos anos, investimentos no setor de Tecnologia da Informação – TI, visando modernização da instituição e atendimento das necessidades tecnológicas e de informação.

Como os valores gastos com TI são de grande vulto, segue, abaixo, para conhecimento, tabela demonstrando a evolução das despesas durante os últimos



05 (cinco) anos com os principais projetos/atividades relacionados a:

- a) manutenção de ações de informática;
- b) gestão de tecnologia da informação e;
- c) consolidação do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas.

Valores gastos com Tecnologia da Informação:

PROGRAMA Projeto ou Atividade	2011	2012	2013	2014	2015
036 – APOIO ADMINISTRATIVO 2009 – Manutenção de ações de informática	0,00	1.166.471,20	1.617.962,89	1.986.763,73	3.359.737,70
146 – FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS 4221 – Gestão de Tecnologia de Informação	7.126.139,24	26.395.286,37	51.506.123,38	51.864.127,86	68.964.939,88
146 – FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS 4224 – Consolidação do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas	5.000,00	34.382,24	0,00	0,00	4.800,00
TOTAL	7.131.139,24	27.596.139,81	53.124.086,27	53.850.891,59	72.329.477,58
Variação percentual		286,98%	92,51%	1,37%	34,31%

Fonte: Sistema FIPLAN – Relatório FIP 613 (documento digital n. 62904/2016)

Conforme demonstrado, comparando as principais despesas empenhadas com Tecnologia da Informação (manutenção de ações de informática, gestão de tecnologia da informação e Consolidação do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas) durante os exercícios de 2011 a 2015, constatou-se um aumento de despesas nos últimos cinco anos no valor de R\$ 65.198.338,34 (o que representa uma evolução de 914,28% no referido período).

Informa-se, ainda, que as despesas com projetos/atividades relacionados à TI do exercício de 2015 (R\$ 72.329.477,58) correspondem a 23,22 % do total de despesas empenhadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (R\$ 311.467.186,47).



Os relatórios de resultados dos contratos de Tecnologia da Informação – TI realizados em 2015 estão apresentados nos documentos digitais ns. 30432/2016, 30433/2016, 30434/2016, 30435/2016, 30436/2016, 30437/2016, 30440/2016, 30443/2016, 30456/2016 e 30459/2016. No relatório de auditoria interna produzido pela sra. Suellen Dayci Frison Barros, Auditor Público Externo, também constam os nomes dos projetos desenvolvidos pela TI durante o exercício de 2015 (p. 22 do documento digital n. 53150/2016), transcritos abaixo:

- Plano de expansão de equipamentos ativos de rede cabeada e wireless do TCE-MT, Diário Oficial de Contas, Plenário Virtual, SIC – Serviço de Informação ao Cidadão, Assinador Eletrônico de Decisões, Sigedes – Sistema de Gestão de Desempenho, Simetria Gov-e – Sistema de Gerenciamento de Documento Fiscal Eletrônico para Administração Pública, PDI – Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado, SIGARP – Sistema de Gestão de Ata de Registro de Preço, Modernização da Gestão de Atos Pessoal, Estrutura de pastas, Business Intelligence – BI, Projeto Desburocratização do Aplic, Projeto: Instalação e Configuração site Sharpoint, Projeto: Business Intelligence para acompanhamento da execução dos Convênios Federais, Projeto: Reestruturação do Active Directory, Projeto Implantação Microsoft System Center Configuration Manager (SCCM), Projeto Implantação Microsoft System Center Operations Manager (SCOM), Projeto: Diagnóstico e Recomendações de TI para posterior implantação do Microsoft System Center Service Manager (SCSM) e Projeto: Implantação Skype TCE-MT.

3.11.2 Resultados Estratégicos – 2015

Os resultados estratégicos de 2015 estão informados no relatório anexado ao documento digital n. 30127/2016 (p. 123 a 127) e ao documento digital n. 30128/2016 (p. 01 a 19). Segue, abaixo, resumo dos principais resultados:



1. NA PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: Contribuir para a efetividade das políticas públicas.

INDICADOR 1.1: Percentual de fiscalizados com políticas públicas avaliadas.

META 1.1: Garantir a avaliação dos resultados de indicadores de políticas públicas em 100% do Poder Executivo e do Estado e dos municípios, até dezembro de 2015.

Resultado da meta:

- 141 Contas Anuais de Governo Municipais com Parecer Prévio – exercício de 2014
- 01 Conta Anual do Governador
- 100% de cumprimento da meta

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: Fortalecer a credibilidade do TCE-MT como guardião da gestão dos recursos públicos.

INDICADOR 2.1: Nível de satisfação da sociedade.

META 2.1: Elevar de 54,5% para 57,2% o nível de satisfação da sociedade em relação ao controle externo exercido pelo TCE-MT, no período de 2014-2015.

Resultado da meta:

- Em 2015 a pesquisa foi aplicada no mês de novembro, atingindo o nível de satisfação de 57%.
- Os resultados não poderão ser comparativos tendo em vista que a pesquisa foi realizada com base em novos critérios.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: Assegurar efetividade às iniciativas do controle social relacionadas ao controle externo.

INDICADOR 3.1: Percentual de denúncias e representações julgadas no prazo.

META 3.1: Garantir o julgamento de 100% das denúncias e representações em até 120 dias do protocolo, desde que não ultrapasse o julgamento das contas anuais correspondentes, até dezembro de 2015.



Resultado da meta:

- Total de denúncias/RNE/RNI → 677 processos
- Resultado esperado → 100%
- Resultado alcançado → 14%
- Processos julgados no prazo: 14%; processos julgados fora do prazo: 27%; processos não julgados: 59%.

2. NA PERSPECTIVA DOS FISCALIZADOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4: Assegurar a qualidade e a celeridade dos serviços prestados aos fiscalizados.

INDICADOR: 4.1: Nível de satisfação dos fiscalizados.

META 4.1: Manter o nível de satisfação dos fiscalizados em relação ao controle externo, em 73%, até dezembro de 2015.

Resultado da meta:

- em 2015 a pesquisa foi aplicada no mês de novembro, atingindo o nível de satisfação de 51%.
- os resultados não poderão ser comparativos tendo em vista que a pesquisa foi realizada com base em novos critérios.

INDICADOR: 4.2: Percentual de consultas formais respondidas no prazo.

META 4.2: Garantir resposta a 90% das consultas formais, em até 60 dias do protocolo no TCE-MT, até dezembro de 2015.

Resultado da meta:

- Total de processos → 69 (sessenta e nove)
- Resultado esperado → 100%
- Resultado alcançado → 72%



- Processos julgados no prazo: 72%; processos julgados fora do prazo: 17%; processos não julgados: 10%.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5: Contribuir para a melhoria do desempenho da administração pública.

INDICADOR: 5.1: Nível de atendimento dos requisitos mínimos de controle interno.

META 5.1: Garantir o nível satisfatório de atendimento dos requisitos mínimos de controle interno de 100% dos fiscalizados até dezembro de 2015.

Resultado da meta:

- Requisitos regulamentados pelo Tribunal em 2014
- A meta não será medida em 2015
- Justificativa: Priorização de outros requisitos do QATC (Programa de Qualidade e Agilidade dos TCs, executados pela ATRICON)

INDICADOR: 5.2: Índice de oferta de vagas disponibilizadas e percentual de agentes públicos capacitados.

META 5.2: Garantir a oferta de capacitação para 100% dos agentes públicos de cada unidade gestora nas áreas específicas da administração fiscal, até dezembro de 2015.

Resultados da meta:

- Total de vagas ofertadas → 6.512
- Total de eventos → 54
- Vagas aproveitadas → 5.063 (77,7%)

INDICADOR: 5.3: Prefeituras com Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado (PDI) implantado.

META 5.3: Implantar o programa de Desenvolvimento Institucional Integrado (PDI) em 20 prefeituras, até dezembro de 2015.



Resultados da meta:

- Projeto de apoio ao Planejamento Estratégico

Municípios Ano de Adesão	Elaboração		Lançamento no GPE			Execução / Acompanhamento de Metas e Ações no GPE		
	Concluído	Elaborado	Integral	Parcial	Não Lançado	Integral	Parcial	Não Lançado
2012 a 2014 30	30	-	30	-	-	5	25	-
2015 9	-	9	-	-	-	-	-	-

3. NA PERSPECTIVA DO CONTROLE EXTERNO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6: Garantir qualidade e celeridade ao controle externo.

INDICADOR: 6.1: Percentual de requisitos de qualidade atendidos.

META 6.1: Garantir o atendimento de 100% dos requisitos de qualidade do controle externo, até dezembro de 2015.

Resultados da meta:

- 130 relatórios avaliados – qualidade dos relatórios de análise de editais de licitação e sua aderência às normas e padrões estabelecidos pelo TCE
- 141 relatórios avaliados – cumprimento da matriz do relatório padrão de contas anuais de governo, quanto a avaliação dos indicadores de políticas públicas
- Manual de reanálise de editais de licitação desenvolvido
- 106 relatórios avaliados – qualidade dos relatórios de contas anuais de gestão e sua aderência às normas e padrões estabelecidos pelo TCE
- 20 Relatórios gerenciais das avaliações emitidos
- Padrões de qualidade da auditoria desenvolvidos e normatizados
- Critérios para avaliação dos demais produtos do controle externo (Contas de Governo, cumprimento de determinações) desenvolvidos e normatizados
- Critérios de avaliação das contas anuais de gestão desenvolvidos e normatizados



- Critérios de reanálise de editais de licitação desenvolvidos e normatizados
- Manual de avaliação das contas anuais de gestão desenvolvidos
- Acompanhamento do cumprimento, pelas Secex's, das decisões do Tribunal Pleno de 10 Relatórios de avaliação
- Relatórios de Contas Anuais de Gestão Julgados avaliados
- 4 Relatórios consolidado do acompanhamento do cumprimento, pelos Fiscalizados, das decisões do Tribunal Pleno

INDICADOR: 6.2: Percentual de pareceres prévios e acórdãos emitidos sobre contas anuais.

META 6.2: Manter a apreciação e o julgamento de 100% das contas anuais no exercício seguinte ao seu encerramento, até novembro de 2015.

Resultado da meta de julgamento das contas anuais de 2014:

- total de contas → 667
- Julgado até 24/11/2015 → 633 (corresponde a 95% dos processos)
- Não julgado até 24/11/2015 → 34 (corresponde a 5% dos processos)

INDICADOR: 6.3: Percentual de acórdãos de recursos e de pedidos de rescisão emitidos.

META 6.3: Garantir o julgamento de 70% dos recursos e dos pedidos de rescisão recebidos pelo TCE-MT no prazo de até seis meses após o protocolo, até dezembro de 2015.

Resultado da meta (Recursos e Pedidos de Rescisão):

- total de processos → 168
- Resultado esperado → 70%
- Resultado alcançado → 78%

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7: Coibir erros, fraudes e desvios na administração pública.

INDICADOR: 7.1: Percentual de erros, fraudes e desvios reduzidos.



META 7.1: Reduzir em 10% erros, fraudes e desvios na administração pública em relação ao ano anterior, até dezembro de 2015, conforme classificação de irregularidades vigentes em 2013.

Resultado da meta:

REDUÇÃO DE IRREGULARIDADES NAS CONTAS ANUAIS DE 2014 EM RELAÇÃO A 2013				
IRREGULARIDADES 2013	IRREGULARIDADES 2014	TOTAL DE CONTAS	META-REDUÇÃO	RESULTADO
3.884	3.639	661	10,00%	6,30%

OBJETIVO ESTRATÉGICO 8: Assegurar o fortalecimento do Ministério Público de Contas como órgão essencial ao controle externo.

INDICADOR: 8.1: Percentual de requisitos de qualidade atendidos.

META 8.1: Garantir o atendimento de 100% dos requisitos de qualidade nas manifestações ministeriais, até dezembro de 2015.

Resultados da meta:

- Avaliação realizada no primeiro semestre: 91% dos pareceres emitidos de acordo com o padrão mínimo de qualidade previsto na Resolução 10/2014.
- A avaliação do segundo semestre foi suspensa em razão de proposta de modificação nos padrões de qualidade dos pareceres.
- Encaminhamentos:
 - Será apresentada minuta com a nova proposta no início de 2016.
 - Realizar capacitação de toda a assessoria com base na minuta da nova Resolução. Mês de fevereiro e março de 2016.

4. NA PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO 9: Aprimorar a gestão do TCE-MT visando à excelência.

INDICADOR: 9.1: Nível de gestão no Programa Gespública.

META 9.1: Elevar de 5 para 6 o nível de reconhecimento de gestão pelo Programa Gespública, até dezembro de 2015.



Resultado da meta:

- Resultado não avaliado em 2015.
- Realizada apenas a pesquisa de conhecimento, satisfação, imagem e clima organizacional, com base nos critérios do Gespública.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 10: Fortalecer a gestão da informação e do conhecimento.

INDICADOR: 10.1: Nível de satisfação dos usuários da Informação.

META 10.1: Garantir o nível de satisfação dos usuários da informação em 75%, até dezembro de 2015.

Resultado da meta:

- Resultado não avaliado em 2015.
- O indicador não foi contemplado na pesquisa realizada em 2015, tendo em vista os novos critérios de avaliação.

5. NA PERSPECTIVA DO APRENDIZADO E DA INOVAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 11: Aprimorar o desempenho profissional e gerencial.

INDICADOR: 11.1: Resultado médio do desempenho dos servidores.

META 11.1: Assegurar resultado médio do desempenho dos servidores em 80%, até dezembro de 2015.

Resultado da meta:

NÚMERO DE SERVIDORES AVALIADOS	MÉDIA DO DESEMPENHO DOS SERVIDORES
342	85,24%

INDICADOR: 11.2: Percentual de servidores capacitados.

META 11.2: Garantir a oferta de capacitação a 100% dos servidores do TCE-MT, até dezembro de 2015.



Resultado da meta:

- total de vagas ofertadas → 2.710
- total de vagas aproveitadas → 2.153
- Eventos → 58

INDICADOR: 11.3: Percentual de conselheiros, conselheiros substitutos e procuradores de Contas em aprimoramento permanente de conhecimentos, habilidades e atitudes.

META 11.3: Manter o aprimoramento permanente de conhecimentos, habilidades e atitudes a 100% dos conselheiros, conselheiros substitutos e procuradores de Contas, até dezembro de 2015.

Resultado da meta:

- Vagas ofertadas → 153
- número de eventos → 09 (nove)

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12: Promover a valorização e o reconhecimento dos servidores.

INDICADOR: 12.1: Nível de satisfação do servidor.

META 12.1: Manter o nível de satisfação dos servidores em relação ao TCE-MT em 68%, até dezembro de 2015.

Resultado da meta:

- Os resultados não poderão ser comparativos tendo em vista que a pesquisa foi realizada com base em novos critérios.
- Os dados referentes aos anos de 2010, 2011 e 2013 foram retirados do Relatório de Resultados do biênio 2012-2013.



NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS SERVIDORES EM RELAÇÃO AO TCE/MT	
PERÍODO	RESULTADO
2010	69,70%
2011	78,30%
2013	83,60%
2014/2015	59,00%

6. NA PERSPECTIVA DAS FINANÇAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO 13: Elevar a capacidade de planejamento e de execução do orçamento do TCE-MT.

INDICADOR 13.1: Relação entre os programas executados e os programas estabelecidos no orçamento do TCE-MT.

META 13.1: Alcançar o grau de desempenho na realização orçamentário-financeira dos programas no mínimo na faixa entre 80,01% e 90%, até dezembro de 2015.

Resultado da meta:

- Relação entre os programas executados e os programas estabelecidos no orçamento do TCE/MT 2015:
 - Programa 36 – Apoio Administrativo
 - Meta Mínima a realizar: 80,01%; Realizado até dez/2015: 97,43%
 - Programa 146 – Fiscalização da Gestão dos Recursos Públicos
 - Meta Mínima a realizar: 80,01%; Realizado até dez/2015: 99,38%
 - Programa 330 – Gestão de Políticas Públicas Setoriais
 - Meta Mínima a realizar: 80,01%; Realizado até dez/2015: 89,39%
 - Programa 996 – Operações Especiais
 - Meta Mínima a realizar: 80,01%; Realizado até dez/2015: 89,39%



Face ao exposto, conclui-se que os resultados apresentados demonstram, em sua maioria, o cumprimento das metas e objetivos estratégicos do TCE/MT do ano de 2015, que englobam a satisfação da sociedade em relação ao controle externo, a satisfação dos fiscalizados, a qualidade do controle externo, a qualidade da gestão do TCE/MT, a satisfação e desempenho do servidor e a economicidade.

4. CONCLUSÃO

É o relatório de auditoria das contas anuais do exercício de 2015 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, sem indicação de impropriedades, que se submete à apreciação superior.

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DA SEGUNDA RELATORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, em Cuiabá, 12 de abril de 2016.

Carlos Eduardo Amorim França

Auditor Público Externo